

Análise de Conteúdo e Pesquisa em Ciências Policiais: Contextualização em Ambiente Virtual, Facebook, e o Planejamento de Grandes Eventos

Sónia Maria Aniceto Morgado^{1;2;3;4;5}, Rui Ferraz⁶

- ¹ ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; smorgado@psp.pt
² ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
³ ESDRM – Escola de Desporto de Rio Maior – Instituto Politécnico de Santarém;
⁴ CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida;
⁵ UIIPS – Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém;
⁶ PSP – Polícia de Segurança Pública

Resumo. O presente artigo sobre a utilização da análise temática em ciências policiais, procura demonstrar a utilidade desta para se enformar enquanto contributo de metodologia de investigação em contexto policial, como procedimento e interpretação de dados recolhidos num determinado contexto. O objetivo é a análise do papel das redes sociais, nomeadamente o Facebook, para o conjunto de informações recolhidas, em fontes abertas, e a sua utilidade na definição de parâmetros de atuação no âmbito policial. Conclui-se que a análise temática das redes sociais possibilita uma intervenção pró-ativa policial, configurando-se como um potencial elemento estratégico.

Palavras-chave: Análise conteúdo; Ciências Policiais; Ambiente Virtual; Informações; Grandes Eventos; Estratégia Policial

Thematic Analysis and Research in Police Sciences: Contextualization in Virtual Environment, Facebook, and the Management of Major Events

Abstract. The present article about the thematic analysis in police sciences, tries to demonstrate the utility of it, to encapsulate as a major contribute for the methodology of investigation in police context, as procedure and interpretation of data in some context. The aim is to know the roll of social network, namely, the Facebook, for the data collecting, in open source, and utility in helping the produce the core strategy of police action. The thematic analysis is a potential tool for pro-active intervention of intelligence services.

Keywords: Content Analysis; Police Sciences; Virtual Environment; Intelligence; Major Events; Police Strategy.

1 Introdução

A pesquisa científica, acompanhando a evolução da humanidade, tem-se pautado por diversificar os seus campos de ação, convergindo como instrumento utilitário na análise de questões essenciais de componentes, de estratégias e de novos fenómenos.

A interação entre os diversos agentes é transversal a todas as ciências, razão pela qual a análise de conteúdo, como instrumento e técnica de tratamento de dados qualitativos, é passível de ser aplicada a uma panóplia de ciências, sociais, humanas, saúde, das quais não se exclui a emergente área das ciências policiais.

Pela sua característica objetiva e também subjetiva, a análise de conteúdo, enquanto técnica de análise das comunicações, contempla um conjunto de regras base, que se adaptam e estruturam a cada um dos casos (Bardin, 2004), e a cada uma das ciências, de acordo com os objetivos em causa. Poder-se-á afirmar que a análise de conteúdo é uma ferramenta “*tailored suit*”.

Neste sentido, e enquanto instrumento de análise interpretativa, é necessário avaliar as perceções peculiares da realidade, que permitam uma interpretação da realidade, convergindo no que Henry e

Moscovici (1968), consideraram, que tudo, escrito ou dito, é passível de uma aplicação metodológico-epistemológica da análise de conteúdo.

A este fenómeno não são alheias as ciências policiais, que decorrente do volume de informação a tratar, têm na análise de conteúdo uma forma de classificação exaustiva das unidades existentes em cada frase (componente qualitativa), e respetiva preponderância das mesmas (componente quantitativa).

Neste contexto, as Forças e Serviços de Segurança, estando ao serviço da comunidade e como instituições que representam o Estado, deverão evoluir e acompanhar os avanços da humanidade aos mais diversos níveis. Para efeitos da análise a vertente mais evidente são os tecnológicos, e os desafios que os mesmos representam, na concretização e sucesso das suas atividades.

Este sucesso é condicionado pelo conhecimento e compreensão do ambiente que os rodeia e no qual intervêm, cujo instrumento privilegiado, são as informações. A atividade policial e as informações estão em permanente comunhão, na medida em que uma se sustenta da outra, uma vez que, para se fazer face às ameaças que pesam sobre a segurança há a absoluta necessidade de manter um serviço responsável pelas informações (Cardoso, 2004).

A recolha desta informação, em fontes abertas, especialmente em internet, tem um papel extremamente relevante nesta área, uma vez que conseguem aglutinar uma vasta quantidade de informação que pode ser acedida de forma mais célere e simples. Mais de que uma rede de computadores, a internet constitui-se como uma ferramenta tripla, em que se reveem três elementos base e que são considerados na análise de Castells (2005): meio de comunicação; de interação e de organização social.

É neste enquadramento que estão presentes as redes sociais, que despoletaram um incremento das relações sociais, em ambiente virtual, permitindo a partilha de informações (mensagens, contatos, fotografias, entre outros).

O Facebook é uma das redes sociais de âmbito global, que segundo Li, Xing, Wang, Zhang, e Wang (2013), é a mais conhecida e usada em tudo o mundo, constituindo-se, à semelhança das demais (Myspace, Flickr, Twitter, LinkedIn, Instagram, entre outras), como foco de intervenção por parte da comunicação social e da comunidade científica (Wills & Reeves, 2009), bem como por parte da ação policial, em termos de planeamento, ao nível dos movimentos coletivos bem como na mobilização dos recursos. Destarte, a “análise de redes sociais também ilumina elementos relevantes à explicação da emergência e desenvolvimento da ação coletiva” (Carlos, 2009, p. 164).

Sob esta conceção, a polícia na gestão e planeamento de grandes eventos (manifestações políticas, jogos de futebol, cimeiras, por exemplo), em que os indivíduos são atores ativos, com características mais ou menos reivindicativas ou violentas, de acordo com as suas ideologias ou crenças, promovem comportamentos de interação social, catapultados pelas redes sociais, que poderão estar na génese de cada um dos fenómenos.

É nesta procura incessante de eficiência e proatividade na ação policial, com intuito de prever e prevenir situações anómalas, que se objetivou a presente investigação para proporcionar um esclarecimento conceitual sobre o planeamento da atuação policial em grandes eventos alvo de policiamento, com base em informações recolhidas nas redes sociais. A partir deste objetivo geral estabeleceram-se objetivos específicos, a saber: (i) a comunicação e troca de informação feita através das redes sociais pode beneficiar a mobilização de massas e a promoção de delitos; (ii) avaliar a qualidade e a credibilidade da informação recolhida em fontes abertas.

O desenvolvimento do artigo conta com um referencial teórico, ou estado de arte, da temática, a partir de uma visão tecnológica, de informações e do planeamento de grandes eventos. Posteriormente, descreve-se a análise temática, enquanto corpus do método utilizado para a análise. Conclui-se com a apresentação das evidências e a conclusão.

2 Inteligência das Fontes Abertas Enquadramento Concetual

Com o intuito de compreender o significado de inteligência em fontes abertas, abordar-se-á de forma sistemática e coerente os acontecimentos e interações, que decorrem da globalização, no âmbito da evolução da internet, às redes sociais; das informações à recolha em fontes abertas, finalizando com o planeamento de eventos.

2.1 Inteligência das Fontes Abertas

O termo globalização é usado em diversas situações, referindo-se portanto a factos, contextos e circunstâncias diferentes, como é o caso da utilização da internet, das migrações internacionais, das deslocalizações das fábricas, do comércio internacional, dos problemas ambientais, entre outras, demonstrando desde logo ser um processo à escala mundial, com uma grande dimensão.

De acordo com Waters (1999) a globalização pode definir-se como um processo social através do qual se diminuem as barreiras geográficas sobre os processos sociais e culturais, isto é, define-se como um fenómeno de integração e proximidade entre culturas (Morgado, 2013). Tendo em conta o tema do nosso trabalho, esta redução dos constrangimentos geográficos realiza-se através da utilização da internet, mais propriamente das redes sociais. Os seus utilizadores conseguem estabelecer, assim, contato sem precisarem de sair das suas próprias casas. Tal como referem Campos e Canavezes (2007) os desenvolvimentos tecnológicos facilitam a comunicação entre pessoas e entre instituições tornando mais simples a circulação de pessoas, bens e a prestação de serviços.

Muitas vezes surge, associada ao conceito de globalização, a ideia de que este é um processo inevitável, o que pode fazer com que, exista “uma atitude de desresponsabilização face a eventuais consequências negativas do processo” (Campos & Canavezes, 2007, p. 11).

Neste contexto, a vida humana, no que concerne à sua parte social, tem vindo a sofrer grandes alterações, sendo que o acontecimento de maior relevo que podemos indicar será certamente o avanço tecnológico na área das tecnologias de informação. Segundo Castells (1996), as estruturas em forma de rede não são novas, mas com a internet e com as novas tecnologias os processos sociais e económicos têm vindo a ser alterados. As maiores transformações denotam-se essencialmente na descentralização de empresas, interações na comunidade virtual e no trabalho à distância.

O desenvolvimento da internet e das redes começa em 1969, com a ARPANet, que tem fins meramente militares (Ferreira, 2012). A sua disponibilização às universidades, cuja comunicação entre sistemas, computadores ou redes (Sousa, 2003), apesar de permitir o seu crescimento exponencial, continuou, de acordo com Giddens and Sutton (2013), confinada unicamente às universidades, no entanto, com a difusão dos computadores pessoais domésticos, houve um avanço para um domínio externo, dando-se um crescimento exponencial.

Com a *World Wide Web* (WWW), que possibilitou a Tim Berners-Lee a colocação *online* do primeiro (Giddens & Sutton, 2013), tornou possível a qualquer pessoa, não só aceder, mas também transmitir informação.

No seu processo evolutivo, originado na web 1.0, passando pela web 2.0, cuja principal diferença é, de acordo com Cormode e Krisnamurthy (2008) é a duplicidade de papéis do utilizador – consumidor e criador de matéria (Twitter, Facebook, Blogs, *podcasting*). O utilizador, neste momento, não se limita somente a retirar informação, mas também a produz (Andrade, 2013), contribuindo/produzindo tanto quanto consume (Anderson, 2007).

A *Web 3.0*, segundo Dias (2014) é conhecida como web semântica, *media* inteligentes, *locative media* ou *smart media* uma vez que é uma *web* que é capaz de armazenar informação acerca de cada

um dos seus utilizadores bem como interações passadas com eles. Há uma adaptação do ambiente cibernético consoante as nossas necessidades e preferências (publicidade no *Facebook* e o *Google*). É um facto que o processo de globalização e o surgimento das sociedades em rede fez com que a sociedade se alterasse um pouco. *A contrario sensu*, esta “nova” sociedade não isolou os atores sociais, nem diminui a sua interação *face-to-face* (Castells, 2005), tendo ampliando os horizontes da sociedade e apresentado oportunidades sem precedentes (Giddens & Sutton, 2013).

O desenvolvimento da internet, segundo (Quah, 1999), facilitou também o fluxo de informações sobre pessoas e acontecimentos até lugares mais ou menos distantes. É sobre estas informações que são transmitidas nestas redes que o nosso trabalho incide, mais propriamente as informações relativas a acontecimentos, neste caso os grandes eventos. Estas são deveras importantes uma vez que, tal como alude (Sampaio, 2005) Sampaio (2003) com a internet e os meios de comunicação em tempo real tudo indica que o informacionalismo está a atingir, com efeitos precisos, os sistemas de valores, crenças e representações com os quais nos orientamos e aprendemos a pensar-nos a nós próprios e aos outros.

A expressão *social media*, e ficou popular segundo (Dias, 2014) pelo facto de ter existido um crescimento exponencial da utilização de aplicações cuja finalidade seja a sociabilidade e a presença de empresas. Segundo Postman (2008) os *social media* são um processo de envolvimento do utilizador final na criação de conteúdos e a variedade de formas que tem ao seu dispor para o fazer. Neste seguimento, as redes sociais são “aplicações cuja principal finalidade é promover a comunicação, a sociabilidade e o *networking* (estabelecimento de ligações e relações, criação de redes) através da facilitação da criação, da manutenção e da eventual intensificação das relações interpessoais e sociais” (Dias, 2014, p. 30). Para Coutinho (2014) uma plataforma só pode ser considerada uma rede social se tiver perfis e ligações entre eles, centrando-se portanto unicamente nas relações.

Na opinião de Boyd (2008) apenas em 2003 é que se assistiu a uma grande proliferação das redes sociais tanto para aquelas que se centram mais no perfil do utilizador bem como as que estão orientadas para grupos específicos.

Conciliando diversos fatores, como crescimento exponencial, maior número de utilizadores e ser considerado com o como centro de informação, à qual os utilizadores recorrem para partilhar conteúdos de entretenimento, utilidade meramente interpessoal e divulgação dos seus interesses, congregam os motivos da escolha da rede social facebook, para efeitos de análise. Tal como referem Himanen e Castells (2001) uma sociedade só é informacional se possuir sólidas bases de tecnologias de informação, pois são infraestruturas de produção de conhecimento.

2.2. Informações

As informações são o elemento e o garante fundamental de um atuação que permite à polícia garantir a ordem e a segurança pública num Estado de direito democrático. Desta forma elencar-se-iam alguns aspetos essenciais das mesmas por forma a consolidar o conhecimento.

A segurança interna desenvolve-se essencialmente em quatro pilares, que segundo Fernandes e Valente (2005) embora se complementem são distintos, sendo eles o pilar das informações, o pilar preventivo, o pilar repressivo (ou da ordem pública) e o pilar da investigação criminal.

É um facto, que a segurança interna e as informações têm uma estreita relação, uma vez que se suportam uma à outra. Segundo Cardoso (2004) é necessário que exista um serviço de informações, de modo a existirem condições para fazer face às ameaças sobre a segurança da nação.

De acordo com Vaitsman (2001), a informação é um quadro de conhecimentos coerentes, que demonstra como fenómenos semelhantes se desenvolveram no passado. Tendo por base este

pressuposto, a informação pode ser utilizada no processo de tomada de decisão, nomeadamente em situações pontuais, a nível tático-operacional, em eventos que se realizam de forma reiterada ao longo do tempo.

Transpondo os limites do passado em que à informação estavam associados acontecimentos passados, fatos jornalísticos, coisas que já haviam acontecido, Fernandes (2006), considera que à inteligência agregar-se-ia também o conhecimento prospetivo, a antevisão de como uma situação evoluiria ou aconteceria no futuro, sendo assim possível presumir alguns aspetos sobre um evento antes que o mesmo se realize. Assim, informações ou *intelligence*, significa conhecimento profundo, completo e abrangente e pode ser conceptualizada, de uma forma clássica, como o conjunto de atividades que visam pesquisar e explorar notícias em proveito de um Estado ou organização (Carvalho, 2007).

Clemente (2006) faz uma pequena sùmula de todos estes conceitos, referindo que a informação traduz o conjunto de dados contextualizados no espaço, no tempo e no cenário de ação, enquanto, as informações exprimem o sistema de recolha, de análise e processamento de informação, para obter um conhecimento acrescido sobre certa situação específica – a inteligência é a informação relacionada, sistematizada e contextualizada.

Sobre o tema das informações, a ideia basilar é a de que a informação recolhida deve ser, tal como refere Ferreira (2012), relacionada, organizada e contextualizada para que esta tenha qualquer sentido. Apesar da dupla vertente das informações referida por Fernandes e Valente (2005), isto é, enquanto atividade destinada à produção de informações de segurança (desenvolvida exclusivamente pelos serviços de informações, como vimos anteriormente) e enquanto atividade instrumental, destinada a contribuir para a investigação criminal, segurança e ordem públicas, no âmbito da polícia, esta desenvolve unicamente a atividade instrumental

As informações são produzidas, segundo Morgado (1998), através de um processo clássico, contínuo e dinâmico designado como Ciclo de Produção de Informações (CPI), que integra as fases: (i) orientação da pesquisa; (ii) pesquisa; (iii) processamento e (iv) exploração.

Hoje em dia, existe ainda a imagem de que as atividades relacionadas com as informações se movem em terrenos misteriosos, no entanto, é importante que estes terrenos se mantenham secretos, uma vez que são tratadas matérias bastante sensíveis relacionadas não só com a segurança interna do país mas também com a segurança do próprio Estado. Treverton (2003) confirma esta ideia ao referir que a atividade de informações já não se reduz à descoberta de segredos, sendo que, hoje em dia, trata de produzir uma compreensão do mundo, usando qualquer tipo de fonte de informação.

Considerando apenas as fontes abertas, Shulsky (1993) define este tipo de fontes de uma forma bastante simples e esclarecedora, referindo que esta informação se encontra disponível para o universo de potenciais interessados, sem qualquer tipo de restrição, estando aqui integrados os jornais, publicações, livros, relatórios, emissões de rádio e televisão, entre outros.

Segundo Pereira (1998), a maioria das informações recolhidas pelos serviços de informações resulta de uma pesquisa orientada para fontes abertas, muito devido à evolução das novas tecnologias e à importância que a informação tem na sociedade atual.

2.3. Planeamento de Grandes Eventos

Para o culminar do enquadramento teórico, uma breve abordagem aos grandes eventos e o seu planeamento numa ótica policial.

Os grandes eventos caracterizam-se, pela presença de grandes aglomerados de pessoas. Segundo Durkheim (1953) a compreensão da sociedade passa pela interpretação destes fenómenos coletivos, exteriores aos indivíduos, que faz com que as suas vontades e motivações sejam alteradas. Deste

modo, a comunidade em geral começou a aperceber-se que grupalmente as suas ações poderiam ter um maior impacto, ideia essa, que foi corroborada por Le Bon (1896), ao referir que o poder das multidões era muito maior, aumentando portanto a credibilidade das suas conceções junto dos órgãos de poder.

Devido a estes factos, os agentes policiais são colocados perante situações nas quais o uso da força é mais iminente e onde toda a ação policial é alvo de grande observação e avaliação. Os grandes eventos são um exemplo perentório desta situação dada a sua cobertura mediática.

Quanto à definição de grande evento, esta é apresentada no projeto EU-SEC II (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in - 2007*), pertencente à UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). De acordo com o instituto, um grande evento é definido como um acontecimento previsível que deverá ter pelo menos uma das seguintes características: significado ou popularidade histórica ou política; grande cobertura dos meios de comunicação social podendo estes não ser unicamente nacionais, mas também internacionais; participação de cidadãos de diferentes países e eventualmente um público-alvo; participação de pessoas de grande importância e/ou altas entidades; participação de um elevado número de pessoas; e, haja potencial para surgirem problemas, podendo ser necessária a cooperação e assistência de âmbito internacional.

Dentro deste conceito cabem então os desfiles e manifestações, visitas de altas entidades, cimeiras e cerimónias de carácter internacional, espetáculos de diversão, espetáculos desportivos, entre outros. Wilson (1973) define cinco passos básicos no planeamento que são: necessidade reconhecida de um planeamento; formulação de um objetivo; recolha e análise de informação; e desenvolvimento dos detalhes do planeamento.

O planeamento, na realidade policial, materializa-se, na maior parte das vezes, numa ordem de operações para uma missão em concreto. Corroborando Gonçalves (2014), as ordens de operações, conjuntamente com as reuniões pré evento servem como meio de transmissão da missão aos elementos policiais que executarão as tarefas. É, neste contexto, que segundo Alves (2013) o processo de decisão policial, também bastante importante na gestão de um grande evento no terreno, estará suportado por um bom planeamento.

Segundo Felgueiras (2009) as polícias deverão usar um sistema de gestão de conflitos alimentado, principalmente, pelas informações. De acordo com o manual desenvolvido pela ACPO (2010), assim que se recebe a notícia acerca da realização de um evento é importante que se comece, desde logo, a recolher o máximo de informação possível, para que o processo de planeamento seja mais fácil e fundamentado.

A informação que deve ser recolhida logo numa primeira abordagem deve ser o nome da organização ou organizações que estão a planear o evento, as características do evento e o número e perfil dos participantes. Segundo Elias e Pinho (2014) assim que se recebe a notícia do evento é importante analisar as fontes abertas (designadamente as redes sociais e os sítios oficiais das organizações promotoras) para conseguir obter tudo o que diz respeito ao evento em questão.

No caso de grandes eventos nos quais haja a participação de grupos organizados, Wilson (1973) refere que para os perceber é necessário perceber a estrutura dos mesmos, descobrindo as suas principais unidades, analisando as relações que existem entre elas. Estas relações poderão transmitir informações sobre a maneira de operar e quais os procedimentos usados. As informações recolhidas são materializadas em relatórios de informações que são difundidos para todas as unidades empenhadas na missão (Elias & Pinho, 2014).

3 Metodologia

O estabelecimento de um método que que torne possível a mensuração e a interpretação das variáveis adjacentes ao estudo (VanderStoep & Johnston, 2009) é essencial, pelo que a perspetiva que adotámos, sobre a importância das informações recolhidas em fontes abertas, este é um estudo que se afigura de natureza exploratória. É assim nosso objetivo conhecer as diferentes variáveis, compreendendo o seu significado e contexto em que se inserem. Um estudo exploratório é definido por Given (2008) como algo que se leva a cabo quando o investigador possui pouco ou nenhum conhecimento científico sobre o tema, o que o leva a demonstrar interesse pelo seu estudo. Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) o objetivo do estudo exploratório é melhorar o conhecimento sobre a área de investigação através da exposição não só de resultados, mas também de procedimentos usados, problemas encontrados e escolhas a tomar ou evitar.

A metodologia adotada será uma pesquisa qualitativa, adotando procedimentos abertos, estudando o objeto como um todo, não o reduzindo a simples variáveis (Flick, 2005), de análise temática de entrevistas.

A amostra utilizada é não probabilística, intencionalmente selecionada de acordo com os interesses e conveniência da pesquisa, nomeadamente na obtenção da perceção do problema por parte das entidades de reconhecido valor. Para a aferição sobre a potencialidade das redes sociais fornecerem informações pertinentes para o planeamento da atuação policial em grandes eventos alvo de policiamento, realizam-se entrevistas formais semiestruturadas, conduzidas de forma semi-diretiva, baseadas num guião, realizadas aos vários degraus da cadeia hierárquica policial, tendo em conta o valor acrescentado dos mesmo, e que se espelhasse como resultado final uma visão global e transversal da problemática da presente investigação.

A análise de conteúdo, enquanto “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção destas mensagens” (Bardin, 2004, p. 27), que permite a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo de uma comunicação (Berelson, 1952), foi aplicada após a definição do *corpus*, resultante da transcrição e compilação das entrevistas realizadas presencialmente.

Finalmente procedeu-se ao tratamento e interpretação dos resultados, tendo optado por fazer uma análise de conteúdo temática, que consistiu em isolar os temas presentes no texto, na tentativa de o reduzir a porções utilizáveis e permitir a sua comparação com outros textos. Definidos os temas principais a ter em conta, era necessário especificá-los mais nos seus diferentes aspetos (Ghiglione & Matalon, 2001) pelo que foram definidos temas secundários.

4 Apresentação de Resultados

Após o tratamento da informação foi possível identificar três temas centrais que são as fontes abertas, nomeadamente as redes sociais, as informações em fontes abertas e as metodologias. Posto isto, iniciaremos a apresentação e análise de resultados seguindo a ordem das categorias enunciadas.

Redes Sociais

A monitorização das redes sociais é considerada, pelos inquiridos, nuclear uma vez que são um polo de divulgação, partilha e origem de informação., constituindo-se como uma prática habitual e sistemática para as diferentes estruturantes intervenientes no processo. Por este motivo, a sua

utilização, enquanto fonte aberta, como um procedimento válido e útil, que possibilita a deteção de desvios de atividades preconizadas por grupos. Este conhecimento, não negligencia outras formas de obtenção de informações, devidamente consagradas na lei, em resposta a uma maior organização dos grupos, que se organizam em meios de *darknet* ou *chats* privados. A difusão da mensagem através das redes sociais, facebook, para a mobilização das massas, ou para a propaganda, intenções e formas de luta, é eficaz, o que resulta numa necessidade de intervenção proactiva das estruturas de segurança e ordem pública.

Informações em fontes abertas

As redes sociais enquanto fontes de informação facilitam a capacidade de pesquisa e aumenta os níveis de informação. Elas constituem-se como um veículo privilegiado de difusão de informação, que deve ser considerada num contexto global das fontes e origens das notícias. À semelhança das demais fontes de informação, a credibilidade e fiabilidade da informação, deve ser avaliada, tendo em conta um histórico, ou por intermédio de cruzamento de informação disponível. Consagrando-se como fonte aberta, não há implicações legais, estando a recolha delimitada às permissões de visualizações do utilizador, salvaguardando que se garante o mínimo de danos aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

As fontes abertas consagram-se como um elemento essencial para as informações, no entanto, devem ser confirmada e coadjuvada com outros tipos de abordagem.

Metodologias de análise

Os fluxos de informação são analisados através de motores de busca que interagem com as redes sociais, e que estão disponíveis *online*. Estas ferramentas permitem estabelecer padrões de relação, ligações e relações entre atores, papéis desses atores, e o posicionamento nas redes sociais de cada um dos atores sociais em análise.

Em suma, através da análise temática, os inquiridos convergiram no sentido de que A utilização das redes sociais, nomeadamente o facebook, enquanto fontes abertas, revelam-se de extrema importância por serem um polo de divulgação, partilha e origem de informação que se torna nuclear em termos de análise e acompanhamento. Saliente-se que o facebook é uma das redes sociais promotoras de delito, com elevados níveis de eficácia, dos quais decorrem dificuldades para a ação das forças de segurança.

5 Conclusões

O impacto as redes sociais continua a aumentar, interligando milhões de pessoas em todo o mundo e mudando a forma como comunicamos, descobrimos, compartilhamos e colaboramos (Coutinho, 2014).

Em termos de objetivos do estudo, a análise de conteúdo permitiu constatar que: (i) as redes sociais são instrumentos preponderantes no que concerne à mobilização de massas; (ii) são instrumentos de apoio à promoção de delitos; (iii) a recolha de informação não pode transpor o limite da definição de fontes abertas; e (iv) a credibilidade e fiabilidade das informações deve ser comprovada.

Considerando que a monitorização é essencial, como elemento pró-ativo (prevenção) ou reativo (intervenção), a análise e recolha constitui-se como um elemento estratégico dos serviços de informações, tendo em conta que neste contexto, dada a importância que as fontes abertas, no nosso contexto de análise, as redes sociais, assumem, enquanto instrumento sustentável para

obtenção de informações, por vezes críticas, para a análise policial de um fenómeno ou evento onde a resposta da polícia seja expectável.

Referências

- ACPO. (2010). *Manual of guidance on keeping the peace*. London: NPIA on behalf of Association of Chief Police Officers and ACPO in Scotland.
- Alves, B. (2013). *A tomada de decisão na atuação policial*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Anderson, P. (2007). *What is web 2.0? Ideas, technologies and implications for education*. Bristol: JISC Technology & Standards Watch.
- Andrade, P. (2013). Sociological ontology of the digital public sphere: The case of web 2.0/3.0. In H. Sousa, M. Pinto & E. Silva (Eds.), *Esfera pública digital, fragilidades e desafios* (pp. 202-217). Minho: Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (3rd ed.). Lisboa: Edições 70.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press.
- Boyd, D., & Ellison, N. . (2008). Social network sites: Definition, history and scholarship. *Journal of Computer-mediated Communication*, 13, 210-230. doi: 10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x
- Campos, L., & Canavezes, S. (2007). *Introdução à globalização*. Lisboa: Instituto Bento Jesus Caraça.
- Cardoso, P. (2004). *As informações em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Carlos, E. (2009). *Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais*. Curitiba: Revista de Sociologia e Política.
- Carvalho, J. (2007). Limites à produção de informações no estado de direito democrático. *Revista Segurança e Defesa*, 2(1), 102-107.
- Castells, M. (1996). *The rise of the network society* (Vol. 1). Malden: Blackwell Publishers, Inc.
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. In M. Castells & G. Cardoso (Eds.), *A sociedade em rede do conhecimento à acção política* (pp. 17-30). Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- Clemente, P. (2006). *A polícia em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Cormode, G., & Krisnamurthy, B. (2008). Key differences between Web1.0 and Web2.0. . Retrieved from First Monday website:
- Coutinho, V. (2014). *The social book: Tudo o que precisa de saber sobre o facebook*. Lisboa: Conjuntura Actual Editora.
- Dias, P. (2014). *Viver na sociedade digital: Tecnologias digitais, novas práticas e mudanças sociais*. Cascais: Príncipia Editora.
- Elias, L., & Pinho, P. (2014). Desafios da segurança de reuniões e manifestações – as novas formas de contestação social. *Revista Polícia*, 4(3), 37-51.
- Felgueiras, S. (2009). A actividade policial na gestão da violência. In M. Valente (Ed.), *Reuniões e manifestações: Actuação policial* (pp. 139-162). Lisboa: Almedina.
- Fernandes, F. (2006). Inteligência ou informações? *Revista Brasileira de Inteligência*, 2(3), 7-23.
- Fernandes, L., & Valente, M. (2005). *Segurança interna: Reflexões e legislação*. Coimbra: Almedina.

- Ferreira, T. (2012). *Monitorização de fontes abertas no contexto da investigação criminal: Redes sociais*. (Master), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica* Lisboa: Monitor.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A., & Sutton, P. (2013). *Sociology* (7th ed.). Cambridge: Polity.
- Given, L. (2008). *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*. Australia: SAGE Publications.
- Gonçalves, A. (2014). *A tomada de decisão policial nos grandes eventos desportivos*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Henry, P., & Moscovici, S. (1968). Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages*(11), 36-60.
- Himanen, P., & Castells, M. (2001). *The information society and the welfare state: The finnish*. Oxford: Oxford University Press.
- Li, P., Xing, K., Wang, D., Zhang, X., & Wang, H. (2013). Information diffusion in facebook-like social networks under information overload. *International Journal of Modern Physics*, 24(7), 1-13. doi: 10.1142/s0129183113500472
- Morgado, C. (1998). As informações e a investigação criminal. *Revista de Ciência e Cultura, Série especial*, 1-10.
- Morgado, S. (2013). *Going global: Health organizations and networking information society and social media*. Paper presented at the Scientific Conference - Scieconf 2013, Slovak Republic.
- Pereira, R. (1998). *A produção de informações de segurança no estado de direito democrático, investigação criminal e justiça*. Paper presented at the CEPOL, Lisboa.
- Postman, J. (2008). *Social corp: Social media goes corporate*. Berkeley: New Riders Press.
- Quah, D. (1999). *The weightless economy in economic development*. London: Centre for Economic Performance.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sampaio, J. (2005). A sociedade em rede e a economia do conhecimento. Portugal numa perspectiva global. In M. Castells & G. Cardoso (Eds.), *A sociedade em rede do conhecimento à acção política*. Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- Shulsky, A. (1993). *Silent warfare: Understanding the world of intelligence*. EUA: Brassey's.
- Sousa, A. (2003). *A Globalização no mercado das telecomunicações: Contribuição para o desenvolvimento*. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Treverton, G. (2003). *Reshaping national intelligence for an age of information*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vaitsman, H. (2001). *Inteligência empresarial: Atacando e defendendo*. Rio Janeiro: Editora Interciência.
- VanderStoep, S., & Johnston, D. (2009). *Research methods for real life: Blending qualitative and quantitative approaches*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Waters, M. (1999). *Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- Wills, D., & Reeves, S. (2009). Facebook as a political weapon: Information in social networks. *British Politics*, 4(2), 265-281. doi: 10.1057/bp.2009.3
- Wilson, O. (1973). *Police planning*. Illinois: Charles Thomas.